

As mediações entre a luta política e a educação escolar: o papel do sindicalismo na educação

MEDIATIONS BETWEEN POLITICAL STRUGGLE AND SCHOOL EDUCATION:
THE ROLE OF UNIONISM IN EDUCATION

Cláudio de Lira Santos Junior¹
Tiago Nicola Lavoura²

RESUMO

O artigo aborda as relações de determinação e reciprocidade entre a luta política e a educação escolar. Trata desta relação tomando a singularidade da atividade política nos sindicatos. Enfatiza o papel dos sindicatos, tal como proposto por Marx, como centros organizadores da classe trabalhadora e a atuação dos/das docentes como militantes culturais. Parte da conjuntura nacional marcada pelo golpe jurídico-parlamentar e por profundos ataques aos direitos trabalhistas e à educação pública universal, gratuita e laica, exigindo, daqueles que se contrapõem ao projeto de nação dos usurpadores e sua tentativa de impor ao campo educacional uma profunda regressão, o fortalecimento da resistência, superando a dicotomia entre o político e o pedagógico. Considera a primazia do polo político e propõe a construção da unidade dos trabalhadores da educação em defesa do Estado de direito democrático e das conquistas históricas da classe. Conclui apresentando elementos entendidos como centrais para um programa unitário em defesa da educação.

Palavras-chave: Educação Escolar. Papel do sindicalismo. Luta Política.

ABSTRACT

The article approaches the relations of determination and reciprocity between the political struggle and school education. It deals with

¹ Possui pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da UNESP/Araraquara. Professor Doutor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-BA. Líder do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Esporte e Lazer (Lepel-UFBA). E-mail: claudio_lira@hotmail.com

² Possui pós-doutoramento no Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da UNESP/Araraquara. Professor Doutor do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus-BA. Líder do Grupo de Estudos Marxistas em Educação (UESC). E-mail: nicolalavoura@uol.com.br

this relationship by taking the singularity of political activity in the unions. It emphasizes the role of trade unions, as proposed by Marx, as centers to organize the working class and the role of teachers as cultural militants. Part of the national conjuncture marked by the parliamentary juridical coup and by deep attacks on labor rights and public, free and secular education, demanding, from those who oppose the usurpers project of nation and its attempt to impose a deep regression on the educational field, the strengthening of resistance, overcoming the dichotomy between political and pedagogical. It considers the primacy of the political pole and proposes the construction of the unity of the education workers in defense of the democratic rule of law and the historical achievements of the working class. It concludes by presenting elements understood as central to a unitary program in defense of education.

Keywords: School Education. Role of trade unionism. Political Struggle.

Introdução

Tendo como objeto de análise as mediações entre a luta política e a educação escolar, o presente artigo busca sistematizar elementos da relação dialética entre a *dimensão política da educação escolar e a dimensão pedagógica da luta política*, notadamente no que se refere aos nexos e determinações existentes entre a formação e o desenvolvimento da individualidade humana enquanto especificidade da educação escolar e o processo de participação e intervenção político-social enquanto especificidade da luta política.

Tais elementos gozam de uma profunda agudeza no exato momento em que os setores progressistas, principalmente - mas não exclusivamente - ligados a sindicatos, partidos, movimentos sociais de luta, travam acirrado combate contra o golpe jurídico-parlamentar impetrado em 31 de agosto de 2016. O conteúdo e a forma como se manifestam os usurpadores e seus apoiadores confirmam a posição de Saviani (2009) quando asseverava que, em sociedades cindidas em classes antagônicas, a política tem primazia sobre a educação.

Desta forma, iremos reafirmar a importância para os/as trabalhadores/as na educação da concepção de Transição (tendo como corolário a Escola da transição), destacando a defesa das organizações da classe trabalhadora - grêmios, Diretórios Acadêmicos (DA), Diretório Central dos Estudantes

(DCE), sindicatos e partidos - como necessários à reorganização da resistência e ampliação da luta pela socialização dos meios de produção, que não pode prescindir da luta pela socialização do saber sistematizado, científico, não cotidiano.

A dimensão política da educação escolar

Conforme afirmou Saviani (2009) em seu conhecido texto intitulado “Onze teses sobre educação e política”, a explicitação da dimensão política da educação escolar é determinada por aquilo que é necessariamente o seu traço essencial, a sua natureza e sua especificidade.

Desta feita, reafirmando aquilo que já se encontra suficientemente delimitado nas produções sistematizadas no âmbito da pedagogia histórico-crítica, entendemos que a dimensão política da educação escolar se sintetiza no ato de produzir a humanidade em cada indivíduo singular por meio da transmissão direta e intencional das máximas conquistas culturais produzidas pelo gênero humano em termos de conhecimentos relativos à ciência, às artes e à filosofia, objetivando-se as máximas possibilidades formativas destes indivíduos, mesmo que ainda nesta sociedade existente.

Conferindo à escola o lugar de centralidade na luta pela socialização do conhecimento e de formação plena dos seres humanos, a sua dimensão política se expressa na medida em que se cumpre a sua especificidade pedagógica, qual seja, assumindo a posição política de que a luta pela socialização do conhecimento é parte fundamental da luta pela superação da sociedade capitalista, considerando-se a importância do saber sistematizado para a formação da consciência e o desenvolvimento das máximas possibilidades de inteligibilidade da realidade concreta (DAVYDOV, 1988; MARTINS, 2013; VYGOTSKI, 2001), bem como o desenvolvimento da concepção histórica de mundo materialista e dialética (GRAMSCI, 1978; DUARTE, 2016).

Gramsci (1982), por exemplo, citou o papel educativo do ensino do grego e do latim no contexto da escola tradicional, afirmando que se aprendia o grego e o latim na escola tradicional como línguas mortas, com o objetivo de se dominar a cultura greco-latina, indo-se à sua fonte, a partir da leitura dos clássicos da cultura greco-latina, que nada mais são que a base da cultura moderna, da civilização ocidental. A perspectiva histórica e historicizadora do ensino do latim e do grego possuía para ele um valor altamente formativo.

Ademais, a defesa de Gramsci (1982) acerca da ideia de *trabalho como princípio educativo* tinha como um de seus elementos a formulação de que a organização dos currículos das escolas tradicionais modernas com base nos conhecimentos *clássicos* pautados nas ciências deveria ser responsável por formar nos alunos uma concepção de mundo moderna, notadamente uma concepção de mundo que se colocava em luta contra outras concepções de mundo caracterizadas como arcaicas, fantasiosas, místicas e até mesmo folclóricas.

O conceito gramsciano de “clássico”³ como possibilidade de organização dos currículos escolares que se apresentem como reveladores da dimensão histórica e real da vida humana também está presente no âmbito das formulações teóricas da pedagogia histórico-crítica, tal qual delineado por Saviani e Duarte (2012) e Duarte (2016).

Desde o princípio da sistematização desta teoria pedagógica, Saviani (2009, 2013) já afirmava a necessidade de socialização dos conteúdos clássicos das ciências, das artes e da filosofia como fundamento do método pedagógico que se pretende contribuir para a superação do senso comum à consciência filosófica.

Em Duarte (2016) também encontramos formulações precisas que expressam as relações entre o ensino dos conteúdos escolares e a formação da concepção de mundo dos indivíduos. Para o autor, a aquisição por parte dos alunos dos conhecimentos mais desenvolvidos no campo das ciências, das artes e da filosofia é fundamental para a formação de uma concepção de mundo nos mesmos que de fato possibilite-os responder a questões fundamentais, como por exemplo: Que sociedade é esta? Como ela se formou? O que é a realidade? O que é o ser humano?

Quanto mais nós disponibilizarmos aos alunos conhecimentos que possibilitem a eles responderem a estas questões de maneira não fantasiosa, não ilusória, não mistificada, não folclórica, ou seja, disponibilizarmos aos alunos instrumentos teóricos, por meio da mediação do conhecimento científico, artístico e filosófico, de forma tal que as respostas a essas perguntas cada vez mais tenham aproximação objetiva e concreta com o próprio real, mais nós estaremos contribuindo para a formação de uma concepção de mundo

³ Em Snyders (1974) também encontramos a noção de “clássico”, cuja formulação consiste na defesa de que o ensino de conteúdos escolares clássicos propicia o contato dos alunos com os “grandes modelos da história”, o que, para o autor, também possuía importante teor formativo no interior da própria escola tradicional.

baseada não na aparência dos processos sociais e naturais da realidade, mas, sim, na essencialidade concreta destes processos.

Entendemos, portanto, que esta especificidade do trabalho educativo definida na transmissão de conhecimentos clássicos como fundamentais para a formação de uma dada concepção de mundo dos alunos é reveladora, também, de sua dimensão política, na medida em que a educação escolar propicia a socialização de conteúdos sistematizados que operam como mediadores na superação da pseudoconcreticidade (KOSIK, 1976), como mediadores das objetivações humanas mais desenvolvidas capazes de superar o senso comum e a sua imediaticidade pragmática do cotidiano.

Não obstante, é evidente que o ensino dos conteúdos escolares não forma a concepção de mundo revolucionária dos indivíduos, vale dizer, não forma a consciência de classe de maneira direta e imediata. Educação escolar e política, em que pese o fato de sua inseparabilidade⁴, são fenômenos distintos, não existindo identidade entre eles. Eis as possibilidades e os limites da educação escolar, algo muito difundido nas obras de Dermeval Saviani quando se trata da especificidade da educação escolar, fato que nos leva, necessariamente, a pensar sobre a especificidade da luta política e suas mediações com a educação escolar.

A dimensão educativa da luta política

O que está sendo aqui apontado, e, pensamos nós, ser uma posição unificada no interior do campo da construção coletiva da pedagogia histórico-crítica⁵, é a necessidade da aproximação e articulação da

⁴ Vale aqui resgatar algumas das teses de Saviani (2009, p. 98) sobre educação e política: “Tese 2: Toda prática educativa contém inevitavelmente uma dimensão política. Tese 3: Toda prática política contém, por sua vez, inevitavelmente uma dimensão educativa. Tese 4: A explicitação da dimensão política da prática educativa está condicionada à explicitação da especificidade da prática educativa. Tese 5: A explicitação da dimensão educativa da prática política está, por sua vez, condicionada à explicitação da especificidade da prática política”.

⁵ No conjunto da obra desenvolvida por Saviani há reflexões que apontam para a relação entre educação escolar (e os conteúdos escolares) e a formação da consciência de classe para fins de transformação da sociedade. Por exemplo, Saviani (2001, p. 201) afirma que, “De fato, a educação não tem o condão de, por si mesma, provocar a transformação da sociedade, [...] a efetivação de seu potencial transformador depende do grau de interação que ela for capaz de manter com o processo mais amplo de transformação social. E, para isso, ela tem de procurar articular-se com as forças interessadas na mudança estrutural da sociedade”. Em outra passagem, Saviani (2001) afirma: “[...] é importante que os professores tenham consciência desse fato e procurem articular a prática educativa nas escolas com os organismos representativos dos trabalhadores, como os sindicatos e as associações dos mais diferentes tipos surgidas dos movimentos sociais populares” (p. 234).

educação escolar, o que vale dizer, do trabalho educativo desenvolvido pelos professores, notadamente nas escolas públicas, do nosso país, com os organismos de classe representativos dos trabalhadores, como forma de se potencializar a formação da concepção de mundo materialista, histórica e dialética que pode ser propiciada pela educação escolar, via conteúdos transmitidos nas suas formas mais desenvolvidas, nas suas formas clássicas, em direção à formação da consciência de classe revolucionária, que depende da aproximação com estes organismos representativos da classe trabalhadora. No caso da educação escolar no sistema básico de ensino, estamos falando dos grêmios estudantis e dos sindicatos de professores.

Considerando que trabalho educativo e militância sindical constituem fenômenos distintos (cada um com sua especificidade), mas que compõem uma mesma totalidade (nas palavras de Saviani, a prática social), isto implica compreendê-los para além da lógica formal, numa perspectiva em que os polos político e pedagógico se interpenetram de forma a enriquecer a prática social dos educadores como condição para transformar a realidade no plano educacional pela via da socialização dos conhecimentos científicos, não cotidianos, concomitante à luta pela transformação das relações sociais tendo como horizonte a socialização dos meios de produção, de forma a superar o capitalismo rumo ao comunismo.

A luta que o conjunto dos trabalhadores trava hoje caracteriza-se pela negação do velho - as relações sociais, e, nelas, da escola, baseadas na produção coletiva e apropriação privada - que está morto, ou seja, que não comporta mais elementos civilizatórios que apontem um futuro para o conjunto da humanidade, e a busca de construir o novo - a sociedade dos trabalhadores livremente associados - que ainda não pode nascer. Este impasse exige uma ação consciente por parte dos educadores progressistas (não é uma exclusividade dos comunistas) no sentido de criar as condições para que a possibilidade se torne realidade.

Isto implica a máxima compreensão da realidade concreta na qual se desenvolve a prática social, ou seja, se estamos convencidos que a formação humana, nas suas máximas possibilidades (omnilateralidade), é incompatível com o modo de produção baseado na produção coletiva e apropriação privada, não podemos relegar a luta por esta formação para o dia depois de amanhã. A construção da sociedade dos trabalhadores livremente associados, como condição para superar as relações burguesas de produção e distribuição da riqueza humana, socialmente produzida,

bem como superar a escola alicerçada na formação unilateral, exige o desenvolvimento das condições subjetivas: homens e mulheres com consciência de classe e determinação para enfrentar o desafio e o fardo do nosso tempo.

A situação política do Brasil, desde 31 de agosto de 2016, quando se oficializou o golpe jurídico-parlamentar, é exemplar do que aqui afirmamos. Desde a instauração do governo golpista, direitos e conquistas vêm sendo atacados e suprimidos, entre os quais, os direitos à educação universal, gratuita, pública e laica tal como exposto na Constituição de 1988.

O golpe, que tem suas bases econômicas no aprofundamento da crise internacional e nacional, serve aos interesses da burguesia nacional (submissa à burguesia internacional) e teve como objetivo frear e atacar direitos e conquistas que a classe trabalhadora obteve nos últimos anos. De um lado, para recuperar a hegemonia política perdida nas urnas com a eleição de um trabalhador; de outro, para reduzir os custos da força de trabalho, jogando o ônus da crise na classe trabalhadora e recuperar índices de lucro com ampliação da taxa de exploração.

Crise que no presente se manifesta, por um lado, pela capacidade exponencial de produzir mercadorias, concentração de riqueza, de conhecimento e de poder e sua incapacidade de distribuir e de socializar a produção para o atendimento das necessidades humanas básicas; e, por outro, pelo domínio do capital financeiro especulativo que nada produz, mas que assalta, mediante a dívida pública dos Estados nacionais, os recursos que seriam destinados a assegurar direitos sociais elementares, tais como os da saúde, da educação, de saneamento básico, habitação, transporte, cultura etc.. No Brasil, em 2016, de forma criminoso, empenharam-se compulsoriamente mais de 45% do orçamento anual nacional em pagamento do juro e amortização de uma dívida que cresce geometricamente. Como mostra o filósofo István Mészáros (2002), diferente das crises precedentes, a atual é universal, no sentido que atinge todas as esferas da vida; é global, no sentido que um problema num determinado ponto do mundo tem reflexos gerais; não é mais cíclica, mas contínua e cada vez mais aguda e destrutiva de direitos e da natureza (FRIGOTTO, 2017, p. 19).

Não é à toa que o golpe necessita, de um lado, achincalhar o Estado democrático de Direito, instituindo um Estado de Exceção, em que “As medidas excepcionais encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (AGAMBEN, 2004, p. 12); e, de outro, precise destruir a concepção de educação pública, gratuita, laica e universal. A contrarreforma do Ensino Médio, o avanço do movimento Escola “sem” partido, as mudanças na forma e no conteúdo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o sucateamento das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas via redução do orçamento compõem o projeto de formação dos golpistas.

Claro está que tal projeto de nação, e sua respectiva expressão no campo educacional, visa rebaixar ainda mais a formação humana, ampliando o seu caráter unilateral. Isto pode levar militantes e docentes, mesmo os mais experientes, a relativizar e/ou desdenhar da importância da escola nesta quadra histórica.

Interessante constatar que a burguesia não vacila neste quesito. Disputa com unhas e dentes a direção política da formação humana, seja no que tange à “forma” como a escola se organiza, seja no que tange ao conteúdo a ser tratado. Alguns docentes, inclusive do campo marxista, se equivocam quando advogam que, na atualidade, a centralidade da formação da consciência das crianças e jovens é do “plin plin”, da internet, da mídia e que a escola *não tem este poder todo*. Dada a virulência com que os golpistas seguem atacando a escola pública - tal como consagrada na Constituição Federal de 1988, pública, laica gratuita, universal - imaginamos o que sucederia se os tais docentes estivessem certos.

Lenin, dirigindo-se à juventude, nos idos de 1920, demonstrava com aguda clareza o caráter contraditório da escola burguesa, demonstrando que, ironicamente, a teoria revolucionária “[...] resultou da soma de conhecimentos adquiridos pela humanidade” (LÊNIN, 2005, p. 15).

Trotsky, nesta mesma época, escreveu “Balanço e perspectivas”. Nele, asseverava que quanto maior o desenvolvimento da técnica, quanto mais desenvolvida as forças produtivas, “[...] tanto mais alto deve ser, conseqüentemente, o nível cultural de toda população” (TROTSKY, 2010, p. 101).

É impossível pensar a elevação do nível cultural da humanidade sem a escola. Nela travamos as disputas para alterar a direção política da

formação humana, rumo à perspectiva da omnilateralidade. Isto implica pensar a escola realmente existente, mas implica mais pensar no que Frigotto (2009) cunhou como a travessia e Trotsky (2008) chamou de transição. A escola da transição diz respeito à construção de um programa de ação que sirva de referência para a luta pela transformação da escola burguesa concomitante à luta pela transformação da realidade objetiva.

Isto não autoriza ninguém a deduzir a possibilidade de uma escola socialista, omnilateral, no seio do capitalismo. Estamos afirmando, sim, o caráter contraditório da escola burguesa, e do próprio capitalismo, e buscando avançar na construção de possibilidades de luta. Sabemos, pois, que a transição não acontecerá por força do destino. Ao contrário, será obra dos homens e mulheres que lutam diuturnamente pela superação do modo de produção capitalista. Daí a importância de um programa de ação que sirva de ponte entre as reivindicações imediatas e as históricas, evitando a inércia de quem aguarda o dia depois de amanhã para se dispor

[...] à tarefa de superação do trabalho, da ciência e da técnica e da educação alienadores. No plano da história e da práxis, a questão que nos interpela é: quem constrói e como se constrói a travessia? Por certo nessa travessia, se entrarmos no pântano e de terno branco e sairmos de terno branco, como lembra João Cabral de Melo Neto, a poesia perde a graça. (FRIGOTTO, 2009, p. 192).

A primeira questão a ser superada é não separar o político do pedagógico, as premissas teóricas das programáticas. Isto significa primeiro reconhecer que a escola pública é o único lugar onde a imensa maioria das crianças e jovens do Brasil poderão elevar o padrão cultural, caso acessem os conhecimentos mais desenvolvidos, científicos e não cotidianos. Neste campo, a pedagogia histórico-crítica é o que temos de mais desenvolvido para a realização do trabalho educativo, tal como consagrado por Saviani (2013, p. 13): “[...] é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

A segunda é não desdenhar da necessária tarefa de fortalecer os organismos de luta da classe, entre os quais grêmios, DA, DCE, sindicatos e partidos. Todos, com suas especificidades, são importantes na luta de

classes e desempenham um papel no desenvolvimento da consciência de classe para si. Na atual conjuntura, de ataque cotidiano às conquistas históricas da classe trabalhadora, os sindicatos adquirem importância singular. Trotsky (2008, p. 6) no “Programa de Transição” arremata: “Na luta pelas reivindicações parciais e transitórias, os operários têm atualmente mais necessidades do que nunca de organizações de massas, antes de tudo de sindicatos”.

Para o movimento sindical docente, é imperioso reorganizar a luta contra as medidas que implicam uma profunda regressão social no campo, tais como: cortes no orçamento, congelamento de salários, ingerência no Conselho Nacional de Educação, Escola sem Partido, etc. - mas qual o papel que os sindicatos estão sendo chamados a desempenhar nesta quadra histórica?

O papel dos sindicatos no contexto da transição

Marx escreveu em 1866 as “Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório” (2008) e nelas destacou o papel central que desempenham na luta econômica tendo como único poder a força do seu número. Força que pode ser anulada pela falta de unidade. Ainda nas instruções, Marx ressalta a legitimidade e necessidade das lutas específicas dos sindicatos por melhores salários e condições de trabalho - dizendo ser impossível renunciar a estas questões no modo de produção capitalista. Contudo, chama a atenção, já no século XIX, para a importância de generalizar a luta - centralizada e coordenada - no âmbito nacional e internacional. Para Marx, os sindicatos deveriam agir *deliberadamente como centros organizadores da classe operária no amplo interesse da sua completa emancipação*.

A ideia era generalizar (e desenvolver), ao máximo, a consciência de classe originária, vinculada àquilo que os operários sentem quando tomam consciência da “força de seu número”, oriunda da associação e luta contra as usurpações do capital. Este seria o valor moral dos sindicatos: dar confiança aos operários, demonstrar-lhes que eles seriam plenamente capazes de transformar as condições sociais adversas nas quais viviam. (ALVES, 2003, p. 41).

Os sindicatos servem, então, de elo entre as reivindicações específicas de uma categoria e as reivindicações gerais da classe. Neles travam-se as lutas e submetem-se à experiência prática os trabalhadores. Exigem, portanto, um paciente e demorado trabalho, posto que serão necessárias lutas prolongadas, duras provações, eventualmente vacilações e também vitórias que, mesmo parciais, permitem pelo caminho da experiência ajudar a construir e/ou recrutar os melhores quadros da classe/categoria.

Isto é importante, para enfrentar a questão posta do porquê, frente a uma realidade concreta tão adversa, os trabalhadores não fazem a revolução, ou seja, como o proletariado adquire consciência da tarefa histórica posta pela sua situação objetiva? (TROTSKY, 2009):

Se o proletariado, como classe, fosse capaz de compreender imediatamente sua tarefa histórica, não seriam necessários nem o partido nem os sindicatos. A revolução teria nascido, simultaneamente, com o proletariado. Pelo contrário, o processo mediante o qual o proletariado compreende sua missão histórica é penoso, e está repleto de contradições internas (Idem, p. 13).

Destarte, o sindicato, assim como a escola, deve ser entendido enquanto espaço da luta de classe. Ambos são plenos de contradições e exigem a ação consciente e organizada, direta e intencional, para que cumpram função formativa, isto é, para que sejam instrumento de elevação do padrão cultural da população, mormente da classe trabalhadora. Frigotto e Molina (2010, p. 38) nos lembram que a transição implica um período de direção política do Estado por parte da classe trabalhadora, “isto pelo fato de não existir outro espaço onde os direitos universais possam ser disputados e atendidos”.

Consideramos, portanto, equivocada a posição daqueles educadores progressistas que relativizam e secundarizam a militância sindical. Mais ainda, consideramos criminosa, do ponto de vista político, a posição das direções de sindicatos de docentes que se negam a travar as lutas em defesa do Estado democrático de direito e que se abstêm de organizar a categoria em defesa do conjunto de direitos conquistados nos últimos 14 anos.

Podemos nos valer do exemplo da Central Sindical e Popular CSP/Conlutas, cuja posição, amplamente defendida, de que não reconhecem que houve golpe, leva a agir com uma posição *ultimatista* com os docentes. Ultimatismo consiste em defender posições e campanhas como se fosse um

ultimato, do tipo pegar ou largar, sem levar em consideração o grau de compreensão da categoria e dos trabalhadores em geral, bem como suas expectativas sobre o assunto. Esta posição significa, concretamente, virar as costas à categoria docente, transformando o sindicato em organismo de uma aristocracia operária, e não um organismo das massas exploradas, um centro de organização política dos trabalhadores.

Professores que se negam a ensinar, a garantir o ensino de conteúdos clássicos na escola, e organizações que se negam a travar a luta concreta desempenham o mesmo papel do ponto de vista da formação humana: ambos deseducam.

Possuem em comum a recusa de lutar pelas reivindicações parciais ou transitórias, isto é, pelos interesses e necessidades elementares das massas tais como são. [...] Propõem voltar as costas aos “velhos” sindicatos, isto é, às dezenas de milhões de operários organizados, como se as massas pudessem viver fora das condições da luta de classes real. Permanecem indiferentes à luta que se desenvolve no seio das organizações reformistas, como se pudéssemos conquistar as massas sem intervir nesta luta! Recusam-se a distinguir, na prática, a democracia burguesa do fascismo, como se as massas pudessem deixar de sentir essa diferença a cada passo. Os sectários só são capazes de distinguir duas cores: o branco e o preto. Para não se expor à tentação, simplificam a realidade (TROTSKY, 2008, p. 25).

Sabemos que a atual conjuntura no Brasil se expressa de forma adversa e violenta para os trabalhadores/as, empregados e desempregados. Mas trata-se de uma situação aberta, de um processo inacabado. A evolução da situação será determinada pela luta de classes no contexto de uma das maiores crises do capitalismo. Neste contexto a dialética político/pedagógico se impõe com toda a força. Educação e política não são idênticos, não se confunde a especificidade do trabalho educativo com a militância. Constituem uma unidade. Numa sociedade cindida em classes com interesses antagônicos, o direito à educação, o acesso à escola, ao conhecimento, bem como o direito ao trabalho, à carreira, ao salário, são sempre conquistas, arrancadas em lutas históricas, e jamais devem ser confundidas com benesses.

Sobram evidências empíricas da importância que os defensores da pedagogia oficial (burguesa) dão hoje para a educação. Isto pode gerar uma aparente unidade de interesses quanto ao tema. Contudo, se para os trabalhadores a educação é um direito, objeto de luta para seu desenvolvimento e instrumento de transformação a ser conquistado, para os representantes do capital trata-se de mais uma oportunidade de negócio, bem como um instrumento de dominação a ser perpetuado. A escola e a formação humana sob a hegemonia da classe dominante serão sempre unilaterais, impondo à escola a função social da formação da mão de obra a ser explorada no mercado. O trabalhador, nesta perspectiva, poderá ter uma formação “ampla” o bastante para venda da sua força de trabalho, mas estreita o suficiente para não entender o processo de exploração a que é submetido. Do ponto de vista dos dominantes o lema continua sendo “educar, *pero no mucho*”.

Daí porque os homens que deram o golpe *em nome da família e de Deus* estarem disputando em todos os âmbitos a direção política da formação. No plano do financiamento aprovaram a PEC 55/2016 - PEC do fim do mundo - que limita gastos públicos por 20 anos⁶. Na prática, menos dinheiro para saúde e educação e mais para pagar serviços da dívida. Menos investimentos, menos contratações, possibilidade real de estagnação dos salários e inviabilização da carreira do magistério. De forma autoritária, impõem a contrarreforma do Ensino Médio, que retira conteúdos da formação e cria uma armadilha para os estudantes pobres que têm na escola pública a única possibilidade de acesso ao saber sistematizado, com a chamada “flexibilização” do currículo. A história já deu conta de provar que quando eles falam de flexibilizar, na prática, se traduz em precarizar.

A cereja podre do bolo mofado é o movimento Escola “sem” Partido. Neste projeto, sob a bandeira da “desideologização” da escola, influenciaram a retirada de temas como questões de gênero da BNCC e vêm a todo custo tentando transformar em crime justo “[...] aquilo que é inerente ao processo educativo, ao ato pedagógico: confrontar ideias e compreensões sobre um mesmo assunto, debater, ajudar na elaboração do pensamento autônomo e fecundo mediada pelo conhecimento sistematizado” (RAMOS, 2017, p. 84).

⁶ Emenda constitucional 95, aprovada em 15 de dezembro de 2016.

Por trás deste ataque encontra-se um amplo processo de maximização do individualismo - daí o incentivo à delação e aos delatores, fazendo com que a escola (pretensamente) sem partido seja na prática uma escola de caguetas - cujo epicentro é a destruição da escola pública universal, gratuita e laica. A educação, no projeto dos “napoleões retintos e os pigmeus do boulevard” (BUARQUE, 1994), será convertida em mercadoria cujos itinerários serão comprados pelo poder de compra de cada um, poder este sempre definido pelo lugar de classe ocupado pelo sujeito. Mercadoria que será disponibilizada no formato *delivery* com os chamados *homeschooling*.

Apesar da aparência imediata, em que a realidade poderia ser caracterizada apenas pelos ataques da burguesia às conquistas históricas dos trabalhadores, entre as quais a escola e o direito à educação, sabemos que este processo vem sofrendo profunda resistência dos trabalhadores. Resistência que precisa ser ampliada com o recurso à unidade, algo para o que os sindicatos têm função estratégica. Podem contribuir para superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade da classe trabalhadora - “confusão e desencorajamento da velha geração, falta de experiência da nova” (TROTSKY, 2008, p. 45).

A experiência da greve geral de 28 de abril de 2017, o conjunto dos atos desenvolvidos por vários sindicatos e centrais demonstram um processo em curso. Mas ainda precisamos ganhar a confiança da maioria dos explorados, das amplas massas. Isto implica mobilizar as categorias por local de trabalho, fortalecer os sindicatos e partidos, colaborar com o funcionamento dos grêmios nas escolas e dos DA e DCE nas Universidades.

De um lado a tarefa imediata é construir a unidade. Do outro, é convencer a maioria da população, o que exige qualificar a formação via trabalho de contrainformação. Na regra, não é preciso ser alguém especial, muito inteligente, ter títulos e atributos para desconfiar desse exu-caveira⁷ que assumiu o posto de Presidente. Os atos e medidas, já dizem de suas intenções: socializar o ônus da crise com classe trabalhadora e proteger os lucros da burguesia. Mas não é o bastante repetir isto. Os defensores do golpe, submissos ao capital internacional, têm demonstrado uma capacidade de sobrevivência excepcional, contra a qual precisamos seguir combatendo de forma ativa e propositiva.

⁷ Orixá protetor dos cemitérios. Aqui usado para designar aquele que é fúnebre, mórbido.

Reafirmando posições para renovar as esperanças

Conforme Saviani (2009, p. 94-95): “[...] o desenvolvimento da prática especificamente política pode abrir novas perspectivas para o desenvolvimento da prática especificamente educativa e vice-versa”. Isto implica reconhecer que educação e política conformam fenômenos distintos que integram uma mesma totalidade, encerrando relações históricas de determinação e dependência. No marco referencial das relações sociais de caráter capitalista, estruturalmente constituídas pelo confronto entre classes, a dimensão política tem primazia sobre a educativa.

A situação atual, mais que em outros momentos, exige que tomemos posição. Ora, se numa sociedade cindida em classes com interesses distintos, a pretensa neutralidade se traduz, na prática, na adesão ao grupo dominante, então não tomar posição clara contra o golpe, a destruição do Estado de direito democrático, contra a venda das riquezas nacionais, a tentativa de destruir os direitos trabalhistas inscritos na CLT (propugnando que o acordado prevaleça sobre o legislado), contra o desmonte da educação pública em todos os níveis, contra as concepções regressivas e autoritárias postas nas versões da BNCC, na contrarreforma do Ensino Médio, no Escola “sem” Partido, e na proposta do ENAMEB (Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica), implica assumir posição a favor do grupo que se alçou ao poder sem voto, implica adesão às políticas regressivas, fortalecer o lado dominante. Seja na condição de convencido/ defensor, o caso daqueles sujeitos e organismos que têm claramente acordo com as ideias e práticas burguesas; seja na condição de linha acessória dos golpistas. A tradição trotkista nos ensina que, em tempos de crise aguda e de acirramento da luta de classes, os sectários, os ultraesquerdistas cumprem o papel de completar a tarefa da direita reacionária. A direita ataca e os sectários ajudam a desmobilizar a classe e enfraquecer a luta.

Entendemos, na esteira dos ensinamentos de Marx e Engels, que “Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários. Não têm interesses diferentes dos interesses do proletariado em geral” (2007, p. 51).

Destarte, consideramos imperioso defender o professor como militante cultural cuja atuação incide, direta e intencionalmente, para fortalecer as lutas da classe trabalhadora, no plano imediato, mediato e histórico. Algo impossível de acontecer sem o concurso aos organismos da classe e a

defesa da escola pública com função social de ampliar o padrão cultural da imensa maioria das crianças e jovens. Na contramão do que prega a burguesia e seus arautos, devemos ter a mais desenvolvida consciência da relação dialética entre a luta pela socialização do saber e a luta pela socialização dos meios de produção.

Como militantes culturais, devemos superar a falsa dicotomia entre os polos político e pedagógico, evitando atalhos individualistas subjacentes à ideologia burguesa, tais como o voluntarismo do ativista e/ou o diletantismo do educador.

Neste sentido, buscando contribuir para a ampliação do debate nas escolas e nos sindicatos, entendidos como os espaços adequados para construção de uma pauta e agenda unificada, e tomando a experiência recente dos embates travados, entendemos que a ampliação da resistência deve:

- a) Construir um programa de ação que expresse a defesa da escola pública em todos os níveis;
- b) Construir a unidade de todos os setores educacionais que travam a luta contra o projeto dos golpistas - Associações, Sindicatos, Centrais Sindicais, Entidades estudantis, Movimentos Sociais de Luta etc. O mínimo é rediscutir a viabilidade de se reeditar, de forma atualizada, o Movimento Nacional em Defesa da Escola Pública, coordenado pelas Centrais e em torno de uma pauta comum;
- c) Propor uma agenda com atividades específicas (Escolas, Institutos Federais, Universidades etc.) e comuns com a intenção de mobilizar o conjunto dos professores. Lembrando que mobilizar é adjudicar o conjunto de uma categoria ou da classe para a ação. Implica mais que a socialização de *memes* e envios de textos. Trata-se de trabalho diário, cotidiano de convencimento, de ganhar a confiança e ampliar a disposição. Isto num contexto de experiências múltiplas e, ao mesmo tempo, coordenadas, de maneira a fugir da rotina;
- d) Para discutir a pauta, acreditamos que começamos com a posição *a la contra*, revogação da reforma do Ensino Médio e da PEC do fim do mundo; contra a BNCC e o ENAMEB; contra o Escola “sem” partido - todas estas questões se unificam na consigna defesa da escola pública, universal, gratuita, laica, plural e democrática; e) pela revogação da Reforma Trabalhista; f) contra a Reforma da Previdência.

Sabemos que muitas outras questões deverão compor o programa. Em todo caso, é importante sabermos que há espaços livres para debate e outros apropriados para tomada de decisão. Nos limites de um artigo entendemos que o papel é o de ampliar a discussão e as decisões caberão ao conjunto da categoria no seio de suas organizações.

O lugar que estamos sendo chamados a ocupar é o de ampliar o debate, convencer a maioria da população, construir a resistência renovando a esperança e os ânimos para a luta, o que exige a defesa das organizações da classe, entre as quais, os sindicatos. Isto para fortalecer as ações que já estão sendo desenvolvidas⁸ como a reafirmar as palavras de Eduardo Galeano, tomadas emprestadas para fechar nosso trabalho.

Os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história [...] emergem nas novas experiências, assim como os tempos presentes, pressentidos e engendrados nas contradições do passado. A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será (GALEANO, 1996, p. 19).

Referências

- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALVES, G. **Limites do sindicalismo: Marx, Engels e a crítica da economia política**. Bauru: Editora Práxis, 2003.
- BUARQUE, C. Vai passar. In: **Chico Buarque**. Minha história. Rio de Janeiro: PolyGram, 1994, CD.
- DAVIDOV, V. La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico: investigación teórica y experimental. Moscou: Editorial Progreso, 1988.
- DUARTE, N. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo**. Campinas: Autores Associados, 2016.
- FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 17-34.
- FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias na sociedade de classes. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a14.pdf> Acesso em: 10 set. 2017.

⁸ Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 2016 aconteceram 2.093 greves. Mais a respeito, ver em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2016/estPesq84balancogreves2016.html>>.

FRIGOTTO, G.; MOLINA, H. Estado, educação e sindicalismo no contexto da regressão social. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 4, n. 6, p. 37-51, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/67/59> Acesso em: 10 set. 2017.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LÊNIN, V. I. *As tarefas da juventude na construção do socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, L. M. *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados, 2013.

MARX, K. *Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório*. As Diferentes Questões. Fonte: Obras Escolhidas em três tomos, Editorial “Avante!”. Traduzido do inglês por José Barata-Moura. Lisboa - Moscovo: Editorial “Avante!” - Edições Progresso, 1982. Transcrição: julho de 2008. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm#n41> Acesso em: 10 set. 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.

RAMOS, M. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 75-85.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. *Educação em diálogo*. Campinas: Autores Associados, 2001.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2012.

SNYDERS, G. *Pedagogia progressista*. Coimbra: Almedina, 1974.

TROTSKY, L. Balanço e Perspectivas. In: TROTSKY, Leon. *A teoria da Revolução Permanente*. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sunderman, 2010.

TROTSKY, L. *Escritos sobre sindicato*. 2. ed. Brasília: Nova Palavra, 2009.

TROTSKY, L. *O programa de transição*. Editado por O Trabalho - Seção brasileira da IV Internacional. São Paulo, 2008.

VYGOTSKI, L. S. *Obras escogidas*. Tomo II. Madrid: Visor, 2001.